

**Demonstrações Contábeis  
Regulatórias**

**Catxerê Transmissora de Energia S.A.**

31 de dezembro de 2018  
com Relatório do Auditor Independente

# Catxerê Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2018

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias .....	1
Balanços patrimoniais .....	4
Demonstrações dos resultados .....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias .....	10

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos  
Acionistas e Diretores da  
**Catxerê Transmissora de Energia S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Catxerê Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Catxerê Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Catxerê Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

## **Outros assuntos**

A Catxerê Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 18 de março de 2019.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2019.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Glaucio Dutra da Silva  
Contador CRC-1RJ090174/O-4

## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	<b>7</b>	10.527	8.890
Concessionárias e permissionárias	<b>9</b>	5.448	6.371
Contas a receber – partes relacionadas	<b>24</b>	222	237
Adiantamento a fornecedores		180	562
Estoques		276	24
Impostos a recuperar		-	943
Outros ativos circulantes		143	96
		<b>16.796</b>	<b>17.123</b>
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	<b>8</b>	6.492	6.492
Outros ativos não circulantes		2.375	3.105
Imobilizado não vinculado à concessão		321	366
Imobilizado	<b>10</b>	455.002	467.411
Intangível	<b>11</b>	99	103
		<b>464.289</b>	<b>477.477</b>
		<b>481.085</b>	<b>494.600</b>

## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		369	410
Fornecedores - partes relacionadas	<b>24</b>	1.599	1.782
Financiamentos - terceiros	<b>12</b>	13.657	13.666
Tributos e contribuições sociais	<b>13</b>	834	1.756
Taxas regulamentares	<b>14</b>	1.772	1.430
Dividendos propostos	<b>16</b>	398	5.383
Outros passivos circulantes		807	618
		<b>19.436</b>	<b>25.045</b>
Passivo não circulante			
Financiamentos - terceiros	<b>12</b>	114.947	127.329
Outras provisões - compensação ambiental		3.400	3.185
Provisão para contingências	<b>15</b>	5.915	3.071
		<b>124.262</b>	<b>133.585</b>
Patrimônio líquido	<b>16</b>		
Capital social		316.948	316.948
Reserva de lucros		150.141	120.739
Reserva legal		10.132	8.037
Prejuízo acumulado		(139.834)	(109.754)
		<b>337.387</b>	<b>335.970</b>
		<b>481.085</b>	<b>494.600</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional líquida	<b>17</b>	60.021	53.076
Custo da operação	<b>18</b>	<u>(23.314)</u>	<u>(20.673)</u>
Lucro bruto		36.707	32.403
Despesas gerais e administrativas	<b>19</b>	(11.042)	(5.192)
Outras despesas operacionais	<b>21</b>	<u>(409)</u>	<u>(139)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		25.256	27.072
Resultado financeiro	<b>22</b>	<u>(11.069)</u>	<u>(12.449)</u>
Receita financeira		1.083	1.432
Despesa financeira		(12.152)	(13.881)
Resultado antes dos impostos		<u>14.187</u>	<u>14.623</u>
Imposto de renda e contribuição social		(2.372)	(716)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>11.815</u></b>	<b><u>13.907</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



**Catxerê Transmissora de Energia S.A.**

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	11.815	13.907
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<b><u>11.815</u></b>	<b><u>13.907</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros			Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Legal	Retenção de lucros		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>316.948</b>	<b>5.039</b>	<b>64.354</b>	<b>(63.709)</b>	<b>322.632</b>
Lucro do exercício	-	-	-	13.907	13.907
Constituição de reserva legal	-	2.998	-	(2.998)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	56.385	(56.385)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(569)	(569)
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>316.948</b>	<b>8.037</b>	<b>120.739</b>	<b>(109.754)</b>	<b>335.970</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.815	11.815
Constituição de reserva legal	-	2.095	-	(2.095)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	39.402	(39.402)	-
Dividendos adicionais conf. AGO de 27 de abril de 2018	-	-	(10.000)	-	(10.000)
Dividendos propostos	-	-	-	(398)	(398)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>316.948</b>	<b>10.132</b>	<b>150.141</b>	<b>(139.834)</b>	<b>337.387</b>

As notas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Lucro do exercício antes dos impostos</b>	<b>14.187</b>	<b>14.623</b>
Ajustes		
Juros e variações cambiais sobre financiamentos	11.710	13.328
Depreciação e Amortização	15.051	15.048
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	87
Provisão para contingências	2.844	-
Outras provisões - compensação ambiental	215	437
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	918	(4)
Contas a receber - partes relacionadas	14	(237)
Estoques	(252)	119
Impostos a recuperar	943	157
Adiantamentos a fornecedores	382	(403)
Outros ativos	682	(5)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(224)	1.769
Tributos e contribuições sociais	(1.361)	(458)
Impostos pagos	(1.930)	(14.880)
Juros pagos	(10.886)	(11.792)
Taxas regulamentares	342	238
Outros passivos	189	97
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>32.827</b>	<b>18.126</b>
Aquisição de imobilizado e intangível	(14.628)	(396)
Baixa de imobilizado e intangível	12.036	114
Títulos e valores mobiliários	-	-
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(2.592)</b>	<b>(282)</b>
Financiamentos pagos	(13.215)	(13.107)
Dividendos pagos	(15.383)	(10.000)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(28.598)</b>	<b>(23.107)</b>
<b>Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.637</b>	<b>(5.263)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>8.890</b>	<b>14.153</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>10.527</b>	<b>8.890</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Catxerê Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **1. Informações gerais**

A Catxerê Transmissora de Energia S.A. (Companhia ou Catxerê) é uma sociedade anônima fechada, de capital privado. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro e possui uma filial na cidade de Cuiabá - no Estado de Mato Grosso.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia foi constituída em 08 de dezembro de 2008, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

#### **1.1. Da concessão**

Em 26 de novembro de 2008 o Consórcio constituído pelos acionistas na época foi declarado vencedor de leilão público, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica.

No dia 26 de fevereiro de 2009 a Companhia assinou com a União o contrato de concessão nº 11/2009 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas nos Estados de Mato Grosso e Goiás:

- (i) Linha de Transmissão em 500kV, circuito simples com extensão aproximada de 364 km, com origem na subestação Cuiabá e término na subestação Ribeirãozinho, ambas localizadas no Estado de Mato Grosso.
- (ii) Linha de Transmissão em 500 kV, circuito simples com extensão aproximada de 242 km com origem na subestação Ribeirãozinho no estado de Mato Grosso e término na subestação Rio Verde Norte, no Estado de Goiás.

#### **1.2. Receita anual permitida (RAP)**

A RAP foi determinada em R\$35.448 (valor histórico) e será corrigida no mês de julho de cada exercício, com base na variação do índice de preços do Consumidor Amplo (IPCA). A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data do contrato.

Em 27 de junho de 2017, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258/2017 estabeleceu a RAP em R\$ 58.486 para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

## **Catxerê Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

Em 27 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R\$ 66.564 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

### **1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão**

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias**

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 25 de abril de 2019.

### **2.1. Estimativas e premissas**

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

## **Catxerê Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira**

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

### **2.3. Classificação circulante versus não circulante**

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

## **3. Resumo das práticas contábeis regulatórias**

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

### **3.1. Imobilizado e intangível**

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 10 – Imobilizado e 11 – Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

## **Catxerê Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

### **3.2. Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

## **4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)**

### **4.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

### **4.2. Concessionárias e permissionárias**

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

### **4.3. Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

## **Catxerê Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

### **4.5. Impostos**

#### Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

#### Imposto de renda e contribuição social – correntes

Na tributação do imposto de renda e contribuição social tendo como base o lucro presumido é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60 no trimestre.

A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%.

### **4.6. Provisões para contingências**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.



## **Catxerê Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às DCRs tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

### **4.8. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

### **4.9. Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

### **4.10. Instrumentos financeiros**

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

### b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

## **Catxerê Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **4.11. Fluxo de Caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### **4.12. Transação com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

## **5. Novos e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes**

Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados pelo CPC, que passarão a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

## **Catxerê Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem modificada da retrospectiva e optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03 e optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos, cujos valores não são representativos. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2).

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017 - CPC 32 - Tributos sobre o lucro - As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados. Embora o CPC tenha sido atualizado pela revisão nº 13, pela legislação tributária brasileira essa melhoria não é aplicável à Companhia.

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda - A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor

## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 6. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2018			31/12/2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		<b>16.796</b>	<b>54.162</b>	<b>70.958</b>	<b>17.123</b>	<b>54.933</b>	<b>72.056</b>
Caixa e equivalentes de caixa		10.527	-	10.527	8.890	-	8.890
Concessionárias e permissionárias		5.448	-	5.448	6.371	-	6.371
Contas a receber - partes relacionadas		222	-	222	237	-	237
Adiantamento a fornecedores		180	-	180	562	-	562
Estoques		276	-	276	24	-	24
Ativo de concessão (financeiro)	a	-	-	-	-	54.933	54.933
Ativo de concessão (contratual)	a	-	54.162	54.162	-	-	-
Impostos a recuperar		-	-	-	943	-	943
Outros ativos circulantes		143	-	143	96	-	96
Ativo não circulante		<b>464.289</b>	<b>58.597</b>	<b>522.886</b>	<b>477.477</b>	<b>85.396</b>	<b>562.873</b>
Títulos e valores mobiliários		6.492	-	6.492	6.492	-	6.492
Ativo de concessão (financeiro)	a	-	-	-	-	552.849	552.849
Ativo de concessão (contratual)	a	-	513.517	513.517	-	-	-
Outros ativos não circulantes		2.375	-	2.375	3.105	-	3.105
Imobilizado não vinculadas à concessão		321	-	321	366	-	366
Imobilizado	b	455.002	(454.860)	142	467.411	(467.411)	-
Intangível	b	99	(60)	39	103	(42)	61
		<b>481.085</b>	<b>112.759</b>	<b>593.844</b>	<b>494.600</b>	<b>140.329</b>	<b>634.929</b>

## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

Nota	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo circulante	<b>19.436</b>	-	<b>19.436</b>	<b>25.045</b>	-	<b>25.045</b>
Fornecedores - terceiros	369	-	369	410	-	410
Fornecedores - partes relacionadas	1.599	-	1.599	1.782	-	1.782
Financiamentos - terceiros	13.657	-	13.657	13.666	-	13.666
Impostos e contribuições sociais	834	-	834	1.756	-	1.756
Taxas regulamentares	1.772	-	1.772	1.430	-	1.430
Dividendos propostos	398	-	398	5.383	-	5.383
Outros passivos circulantes	807	-	807	618	-	618
Passivo não circulante	<b>124.262</b>	<b>28.494</b>	<b>152.756</b>	<b>133.585</b>	<b>30.575</b>	<b>164.160</b>
Financiamentos - terceiros	114.947	-	114.947	127.329	-	127.329
Outras provisões - compensação ambiental	3.400	-	3.400	3.185	-	3.185
Provisão para contingências	5.915	-	5.915	3.071	-	3.071
Tributos diferidos	<b>c</b>	28.494	28.494	-	30.575	30.575
Patrimônio líquido	<b>337.387</b>	<b>84.264</b>	<b>421.651</b>	<b>335.970</b>	<b>109.754</b>	<b>445.724</b>
Capital social	316.948	-	316.948	316.948	-	316.948
Reserva de lucros	150.141	(55.570)	94.571	120.739	-	120.739
Reserva legal	10.132	-	10.132	8.037	-	8.037
(Prejuízo) / lucros acumulados	<b>d/e</b>	139.894	-	(109.754)	109.754	-
	<b>481.085</b>	<b>112.758</b>	<b>593.843</b>	<b>494.600</b>	<b>140.329</b>	<b>634.929</b>

## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018			31/12/2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	60.021	16.642	76.663	53.076	23.680	76.756
Custo da operação	e	(23.314)	13.926	(9.388)	(20.673)	15.474	(5.199)
Lucro bruto		36.707	30.568	67.275	32.403	39.154	71.557
Despesas gerais e administrativas		(11.042)	-	(11.042)	(5.192)	-	(5.192)
Outras (despesas) / receitas operacionais		(409)	-	(409)	(139)	-	(139)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		25.256	30.568	55.824	27.072	39.154	66.226
Resultado financeiro		(11.069)	-	(11.069)	(12.449)	-	(12.449)
Receita financeira		1.083	-	1.083	1.432	-	1.432
Despesa financeira		(12.152)	-	(12.152)	(13.881)	-	(13.881)
Resultado antes dos impostos		14.187	30.568	44.755	14.623	39.154	53.777
Imposto de renda e contribuição social	c	(2.372)	(488)	(2.860)	(716)	6.891	6.175
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>11.815</b>	<b>30.080</b>	<b>41.895</b>	<b>13.907</b>	<b>46.045</b>	<b>59.952</b>

## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

### a) Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

#### Ativo de Concessão - contratual

Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.



## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

### b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

### c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

### d) Receita

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

## 7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Bancos	3.259	253
Aplicações financeiras	7.268	8.637
	<u>10.527</u>	<u>8.890</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 8. Títulos e valores mobiliários

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Conta reserva - financiamentos	6.492	6.492
	<u><b>6.492</b></u>	<u><b>6.492</b></u>

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (nota explicativa 13).

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal e juros. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

### 9. Concessionárias e permissionárias

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	5.054	5.518
Vencidas até 30 dias	31	29
Vencidas até 60 dias	13	2
Vencidas até 90 dias	5	3
Vencidas até 120 dias	10	10
Vencidas até 180 dias	7	7
Vencidas há mais de 180 dias	722	1.191
	<u>5.842</u>	<u>6.760</u>
(-) PCLD	<u>(394)</u>	<u>(389)</u>
	<u><b>5.448</b></u>	<u><b>6.371</b></u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo em 1º de janeiro	(389)	(302)
Adição	(5)	(87)
Saldo em 31 de dezembro	<u><b>(394)</b></u>	<u><b>(389)</b></u>

## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 10. Imobilizado

#### 10.1 Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2017	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2018	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017
<b>Ativo imobilizado em serviço</b>										
<b>Transmissão</b>	<b>518.085</b>	-	-	<b>80</b>	-	<b>518.165</b>	<b>80</b>	<b>(98.363)</b>	<b>419.802</b>	<b>434.687</b>
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.488	-	-	-	-	8.488	-	(1.852)	6.636	6.919
Máquinas e equipamentos	509.206	-	-	80	-	509.286	80	(96.286)	413.001	427.563
Veículos	180	-	-	-	-	180	-	(137)	43	69
Móveis e utensílios	211	-	-	-	-	211	-	(88)	122	136
<b>Administração</b>	-	<b>7</b>	-	<b>107</b>	-	<b>114</b>	<b>114</b>	<b>(6)</b>	<b>108</b>	-
Máquinas e equipamentos	-	7	-	-	-	7	7	(1)	6	-
Veículos	-	-	-	107	-	107	107	(5)	102	-
	<b>518.085</b>	<b>7</b>		<b>187</b>		<b>518.279</b>	<b>194</b>	<b>(98.369)</b>	<b>419.910</b>	<b>434.687</b>
<b>Ativo imobilizado em curso</b>										
<b>Transmissão</b>	<b>32.724</b>	<b>14.546</b>	<b>(12.026)</b>	<b>(187)</b>	-	<b>35.057</b>	<b>2.333</b>	-	<b>35.057</b>	<b>32.724</b>
Máquinas e equipamentos	75	361	(1)	10	-	444	370	-	444	75
Outros	32.649	14.185	(12.025)	(197)	-	34.612	1.963	-	34.613	32.649
<b>Administração</b>	-	<b>42</b>	<b>(7)</b>	-	-	<b>35</b>	<b>35</b>	-	<b>35</b>	-
Máquinas e equipamentos	-	42	(7)	-	-	35	35	-	35	-
	<b>32.724</b>	<b>14.588</b>	<b>(12.033)</b>	<b>(187)</b>	-	<b>35.092</b>	<b>2.368</b>	-	<b>35.092</b>	<b>32.724</b>
<b>Ativo imobilizado</b>	<b>550.809</b>	<b>14.595</b>	<b>(12.033)</b>	-	-	<b>553.371</b>	<b>2.562</b>	<b>(98.369)</b>	<b>455.002</b>	<b>467.411</b>

## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 10.2 Taxas de depreciação

	2018			2017	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>					
Transmissão	7,81%	518.165	(98.363)	419.802	434.687
Administração	7,51%	114	(6)	108	-
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10%	452	(131)	321	366
		<b>518.731</b>	<b>(98.500)</b>	<b>420.231</b>	<b>435.053</b>

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo de ativo imobilizado e intangível segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
<b>Imobilizado - transmissão</b>	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
<b>Administração central</b>	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%

## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 10.3 Principais adições do ativo imobilizado em curso em 2018

	<b>Material e equipamentos</b>
Máquinas e equipamentos	361
Desenvolvimento de projetos	12.237
Material em depósito	4
Adiantamentos a fornecedores	1.945
	<b>14.546</b>

### 10.4 Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2018

<b>Transmissão</b>	<b>Grupo</b>	<b>Valor</b>
CAMERA DIGITAL NIKON P900 16MP 3.0	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	3
SUPRWEB	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	3
<b>Administração</b>		
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 7480 (CORE I5-93000, RAM 8GB, S8D 256GB, DELL WIFI 1820 COM BLUETOOTH, DISPLAY HD BAT 4 CEL, OFFICE PRO 2016, WIN 10 PRO), CABO DE SEGURANCA KENSINGTON N17, KIT COMPOSTO POR TECLADO ALFANUMERICO E MOUSE (INDICADOR)	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	7
I/VW AMAROK CD 4X4 SE, PROTETOR DA CACAMBA, DISPOSITIVO DE REBOQUE COM ACOPLAMENTO	VEICULOS	107

### 10.5 Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2018

No exercício de 2018 não foram realizadas baixas de ativos imobilizado em serviço.

## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 11. Intangível

#### 11.1 Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2017	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c )	Reava- liação	Valor em 31/12/2018	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017
<b>Ativo intangível em serviço</b>										
<b>Transmissão</b>	<b>91</b>	-	-	-	-	<b>91</b>	-	<b>(61)</b>	<b>30</b>	<b>41</b>
Softwares	91	-	-	-	-	91	-	(61)	30	41
<b>Administração</b>	<b>115</b>	-	-	-	-	<b>115</b>	-	<b>(77)</b>	<b>38</b>	<b>62</b>
Softwares	115	-	-	-	-	115	-	(77)	38	62
	<b>206</b>	-	-	-	-	<b>206</b>	-	<b>(138)</b>	<b>68</b>	<b>103</b>
<b>Ativo intangível em curso</b>										
<b>Transmissão</b>	-	<b>30</b>	-	-	-	<b>30</b>	<b>30</b>			
Softwares	-	30	-	-	-	30	30			
<b>Administração</b>	-	<b>4</b>	<b>(4)</b>	-	-	-	-			
Softwares	-	4	(4)	-	-	-	-			
	-	<b>34</b>	<b>(4)</b>	-	-	<b>30</b>	<b>30</b>			
<b>Ativo Intangível</b>	<b>206</b>	<b>34</b>	<b>(4)</b>	-	-	<b>236</b>	<b>30</b>			

## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 11.2. Taxas de amortização

Intangível em serviço	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2018			2017
		Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Transmissão	20,00%	91	(61)	30	41
Administração	20,00%	115	(77)	38	62
		<b>206</b>	<b>(138)</b>	<b>68</b>	<b>103</b>

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

### 11.3. Principais adições do ativo intangível em serviço em 2018

Não houve adições de ativo intangível no exercício de 2018.

### 11.4. Principais baixas do ativo intangível em serviço 2018

Não houve baixa de ativo intangível em serviço no exercício de 2018.



## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 12 Financiamentos - terceiros

#### a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto de juros	Data próx. pagamento	Frequência da amortização	Sistemática da amortização	Garantias	Encargos	2018	2017
BNDES	08/2011	08/2028	Mensal	15/04/2019	Mensal	SAC	(i)	TJLP + 2,21% a.a	128.604	140.995
									<b>128.604</b>	<b>140.955</b>
Circulante									13.657	13.666
Não circulante									114.947	127.329
									<b>128.604</b>	<b>140.955</b>

Em 31 de agosto de 2011, foi firmado um contrato de financiamento junto ao banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, através do qual foi concedido um empréstimo, no montante global de R\$ 193.000 destinado ao adiantamento a fornecedores de máquinas e equipamentos e a compra de materiais para a construção de suas linhas de transmissão.

Sobre este empréstimo, incidirão juros de 2,21% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo- TJLP, observada a seguinte sistemática:

- Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês da vigência do referido contrato de empréstimo e no seu vencimento ou liquidação, e apurado mediante a incidência de TJLP sobre o saldo devedor; e o percentual de 2,21%, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% ao ano, incidirá sobre o saldo devedor.
- Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano, o percentual de 2,21% ao ano acima da TJLP, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor.

Esse financiamento será pago em 192 (cento e noventa e duas) parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 15 de setembro de 2012 e a última em 15 de agosto de 2028.

## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### (i) Garantias

- Cessão de direitos emergentes do contrato de concessão.
- Penhor dado por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia.
- Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

### b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	<u>Amortização</u>
2020	13.450
2021	13.576
2022	13.704
2023 – 2028	<u>74.217</u>
	<u><b>114.947</b></u>

### c) Covenants

De acordo com as cláusulas contratuais, a Companhia deve atender ao fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,3 vezes. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia atingiu os índices propostos.

## 13. Tributos e contribuições sociais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	227	548
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	164	345
Programa de Integração Social (PIS )	25	81
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	114	491
Outros	304	290
	<u><b>834</b></u>	<u><b>1.756</b></u>

## 14 Taxas regulamentares

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	(272)	(274)
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	159	156
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	1.885	1.548
	<u><b>1.772</b></u>	<u><b>1.430</b></u>

## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### (i) RGR

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nr 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 13 de julho de 2018, através do Despacho 1.791 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas as competências de julho de 2018 a junho de 2019 de R\$ 131.

### (ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei nr. 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 13 de julho de 2018, através do Despacho 1.578 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2018 a junho de 2019 de R\$ 21.

### (iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

## 15 Provisão para contingências

### Contingências prováveis (provisionadas):

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cíveis	1.521	-
Servidões	2.053	871
Ambientais	2.341	2.200
	<u><b>5.915</b></u>	<u><b>3.071</b></u>

### Contingências possíveis (não provisionadas)

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cíveis	277	-
Fiscais	518	110
	<u><b>795</b></u>	<u><b>110</b></u>

## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 16 Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 316.948 dividido em 316.948 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição do capital social subscrito é como se segue:

	<u>2018 e 2017</u>
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u><b>100%</b></u>

#### b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

#### c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	41.895	59.952
Reserva legal (5%)	(2.095)	(2.998)
Base de cálculo para os dividendos	<u>39.800</u>	<u>56.954</u>
<b>Dividendo mínimo obrigatório (1%)</b>	<u><b>398</b></u>	<u><b>569</b></u>

Em 2018 a Administração da Companhia aprovou através de Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2018, a distribuição de dividendos adicionais referentes à reserva de lucros no valor de R\$ 10.000. Esse valor, assim como todo o montante decorrente de dividendos provisionados foram pagos em 23 de agosto de 2018 e 14 de dezembro de 2018

## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 17 Receita operacional líquida

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional bruta	<b>64.777</b>	<b>57.355</b>
Receita rateio de antecipação	1.204	1.535
Receita de encargos de transmissão	59.320	57.509
Receita de novas obras RBNI	4.447	-
Recuperação de PIS e COFINS	2.372	2.154
Parcela ajuste do ciclo anterior	(2.835)	(3.836)
Descontos incidentes na TUST	1.603	-
Indisponibilidade de equipamento	(1.334)	(7)
Deduções da receita operacional	<b>(4.756)</b>	<b>(4.279)</b>
PIS	(421)	(373)
COFINS	(1.944)	(1.720)
RGR	(1.559)	(1.434)
P&D	(600)	(528)
TFSEE	(232)	(224)
	<b>60.021</b>	<b>53.076</b>

### 18 Custo da operação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal	(4.262)	(3.779)
Material	(144)	(327)
Serviços de terceiros	(3.206)	(1.022)
Depreciação e amortização	(14.976)	(14.980)
Arrendamentos e alugueis	(40)	(1)
Seguros	(85)	(76)
Tributos	(56)	(29)
Gastos diversos	(545)	(460)
	<b>(23.314)</b>	<b>(20.674)</b>

### 19 Despesas gerais e administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal	(6.424)	(4.034)
Serviços de terceiros	(588)	(442)
Arrendamentos e alugueis	(137)	(121)
Provisão / reversão	(3.487)	(87)
Tributos	(3)	(5)
Depreciação e amortização	(29)	(23)
Outras	(374)	(480)
	<b>(11.042)</b>	<b>(5.192)</b>

## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 20 Despesas de pessoal

<b>Pessoal - operação</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Remuneração	(2.957)	(2.587)
Encargos	(912)	(811)
Benefícios	(392)	(373)
Outros	(1)	(8)
	<b>(4.262)</b>	<b>(3.779)</b>
<b>Pessoal - administração</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Remuneração	(2.621)	(1.086)
Encargos	(1.283)	(750)
Despesas rescisórias	(15)	(1)
Benefícios	(434)	(424)
Outros	(971)	(543)
Administradores	(1.100)	(1.231)
	<b>(6.424)</b>	<b>(4.034)</b>
	<b>(10.686)</b>	<b>(7.813)</b>

### 21 Outras receitas/(despesas) operacionais

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Demais receitas e rendas	96	245
Pessoal	(439)	(215)
Depreciação	(45)	(46)
Tributo sobre a receita	(3)	(9)
Outros	(18)	-
Perdas na alienação e desativação de bens e direitos	-	(114)
	<b>(409)</b>	<b>(139)</b>

### 22 Resultado financeiro

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Receita financeira	<b>1.083</b>	<b>1.432</b>
Receitas de aplicações financeiras	964	1.421
Outras receitas financeiras	119	11
Despesa financeira	<b>(12.152)</b>	<b>(13.881)</b>
Juros sobre financiamentos (nota explicativa10)	(10.786)	(11.752)
Variação cambial	(940)	(1.914)
Outras despesas financeiras	(426)	(215)
	<b>(11.069)</b>	<b>(12.449)</b>

## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 23 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

#### 23.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<b>Ativos mensurados pelo valor justo</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Caixa e equivalentes de caixa	7	10.527	8.890
Títulos e valores mobiliários	8	6.492	6.492
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Contas a receber – partes relacionadas	24	222	237
Concessionárias e permissionárias	9	5.448	6.371
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Financiamentos - terceiros	12	128.604	140.995
Fornecedores - terceiros		369	410
Fornecedores - partes relacionadas	24	1.599	1.782

#### 23.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.



## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 24 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

#### 24.1 Ativo

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a receber - partes relacionadas	<u>222</u>	<u>237</u>
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	222	237

#### 24.2 Passivo

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores - partes relacionadas	<u>1.599</u>	<u>1.782</u>
Aluguel (ii)	8	8
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	1.591	1.774

#### 24.3 Resultado

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado - partes relacionadas	<u>(5.957)</u>	<u>(3.147)</u>
Despesa aluguel (ii)	(92)	(92)
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	(5.865)	(3.055)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.

(ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

### 25 Gestão de capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

## Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

### 26. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Responsabilidade civil	Risco Civil	832	883
Seguro patrimonial	Risco Operacional	92.361	92.361
Veículos	Carros	140	16
		<b>93.333</b>	<b>93.260</b>